



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comunicação Social  
Secretaria de Relações Públicas

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **MATERIAIS PROMOCIONAIS PARA O JOVEM SENADOR**

## **1. Objeto da contratação**

### **1.1. Definição do objeto**

**1.1.1.** O objeto do presente Termo de Referência é a aquisição de estojos tipo *nécessaire* alusivos ao Jovem Senador, realizado anualmente, sob responsabilidade da Secretaria de Relações Públicas (SRPSF) do Senado Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

### **1.2. Justificativa para a contratação**

#### **1.2.1. Descrição da situação atual**

**1.2.1.1.** O Programa Jovem Senador e Jovem Senadora Brasileiros, criado por meio da Resolução nº 42 de 2010, alterada pela Resolução nº 51/2022, é uma iniciativa de responsabilidade do Senado Federal que proporciona aos estudantes do ensino médio das escolas públicas estaduais e do Distrito Federal, conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo no Brasil.

Desde sua primeira edição, em 2011, o Programa já mobilizou milhões de alunos de todo o país e recebeu quase um milhão de redações. O Concurso de Redação já faz parte do calendário das 27 Secretarias de Educação de todas as unidades da Federação e desponta como uma das iniciativas de educação política mais importantes do país. Nesse sentido, o Jovem Senador também integra o calendário anual de ações institucionais do Senado Federal, que disponibiliza inúmeros profissionais de diversos setores da Casa para a sua realização todos os anos.

Conforme previsto nas normas que regem o Jovem Senador, 27 estudantes de todo o Brasil, acompanhados de seus professores orientadores, têm a oportunidade de vivenciar, anualmente, em Brasília, o processo de discussão e elaboração das nossas leis. Esses alunos são selecionados por meio do concurso de redação nacional que incentiva a discussão nas escolas de conteúdos relacionados à cidadania, à democracia e à participação política.





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Comunicação Social  
Secretaria de Relações Públicas

Para a edição do Programa Jovem Senador no ano de 2025, foi feita a contratação dos materiais promocionais por meio do processo 00200.014832/2024. Entretanto, no caso do item 4 – *estojos tipo nécessaire* – a empresa convocada não assinou o contrato alegando problemas com o fornecedor e afirmando que não conseguiria entregar os estojos. O processo de penalidade foi aberto e cadastrado no Sigad sob o NUP 00200.010597/2025.

Dessa forma, a presente contratação tem por objetivo suprir o Programa Jovem Senador 2025 com os estojos e completar o conjunto de materiais promocionais comumente entregues aos alunos vencedores e respectivos professores que participam do evento.

### **1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada**

**1.2.2.1.** Os 27 vencedores, um de cada estado e do Distrito Federal, conquistam o direito de se tornarem jovens senadores e jovens senadoras e são premiados com a viagem a Brasília, ganhando ainda os itens constantes neste Termo de Referência.

**1.2.2.2.** O quantitativo previsto no presente Termo de Referência para a aquisição do estojo tipo *nécessaire* para o Programa Jovem Senador é aquele que, a partir de análise empreendida por este órgão técnico, reflete a necessidade da administração, considerando os dados históricos de consumo e adequando os quantitativos às necessidades da edição do Jovem Senador, a ser realizada no corrente ano, sendo:

**1.2.2.2.1.** Estojo tipo *nécessaire* – uma unidade por jovem senador e jovem senadora; uma unidade por professor(a) orientador(a); e uma unidade como amostra para futuras referências do programa, totalizando 55 unidades.

### **1.2.3. Resultados esperados com a contratação**

**1.2.3.1.** A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo promover o Programa Jovem Senador e Jovem Senadora Brasileiros, além de possibilitar a otimização do registro jornalístico e da cobertura fotográfica das atividades do grupo durante a semana presencial em Brasília.

Para essa finalidade, entende-se que, considerando uma perspectiva de custo x benefício, a contratação do objeto em tela é a que melhor atende à Administração, pois:

**1.2.3.1.1.** Os estojos tipo *nécessaire* servirão para premiar os participantes e divulgar o Programa Jovem Senador e Jovem Senadora Brasileiros, além de auxiliar no desempenho das atividades relacionadas aos trabalhos legislativos que serão executados durante a programação e nos deslocamentos em Brasília.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Comunicação Social

Secretaria de Relações Públicas

Considera-se, ainda, que as especificações exigidas neste Termo de Referência para o objeto da contratação são aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da Administração, sem comprometer de forma injustificada a competitividade do certame, uma vez que o item e material é de ampla utilização pelo mercado e ainda há a possibilidade de que as empresas possam oferecer materiais similares, para avaliação deste órgão técnico.

**1.2.4. Número do contrato vigente ou vencido**

**1.2.4.1.** A contratação dos materiais promocionais para o Jovem Senador, no qual o item 4 restou fracassado, foi instruída no processo 00200.014832/2024.

Nº Processo no Sigad	Objeto
00200.014832/2024-32	Aquisição de materiais promocionais – camisas modelo polo, agasalhos (corta vento), mochilas, estojos tipo <i>nécessaire</i> , garrafas para água tipo <i>squeezer</i> – alusivos ao Jovem Senador, a ser realizado em 2025.

**1.2.4.2.** Esclarece-se que a presente contratação se trata de uma contratação recorrente, anual, com características sazonais bem definidas, e que o presente Termo de Referência propõe a aquisição dos estojos tipo *nécessaire* para possibilitar a entrega completa do conjunto de materiais promocionais comumente entregue aos vencedores do Programa Jovem Senador e Jovem Senadora Brasileiros para a edição de 2025 e as próximas edições.

**2. Forma de contratação****2.1. Tipo de contratação**

**2.1.1.** A contratação deverá ser realizada por meio de contratação direta, conforme dispõe o inciso II do art. 75, da Lei nº 14.133/2021.

**2.2. Modalidade de licitação ou contratação direta**

**2.2.1.** Será adotada a modalidade dispensa de licitação em razão do baixo valor.

**2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP**

**2.3.1.** Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Comunicação Social  
Secretaria de Relações Públicas

**2.3.2.** O objeto desta contratação é muito específico para atender à demanda do Programa Jovem Senador e Jovem Senadora Brasileiros do Senado Federal, tendo suas características e quantidades previamente definidas nas especificações técnicas neste Termo de Referência.

## **2.4. Critério de julgamento da contratação**

**2.4.1.** Será adotado o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações, ofertar o menor preço para o objeto da contratação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**2.4.1.1.** Justificativa: o critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços padrão ou tabelados para o objeto, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

## **2.5. Critério de adjudicação da contratação**

**2.5.1.** Será adotado o critério de adjudicação “por item”, tendo em vista a existência de um único item a ser licitado e este critério estar de acordo com a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União c/c art. 40, inciso V, alínea “b”, e §3º; e art. 47, inciso II, e §1º, da Lei nº 14.133/2021. .

## **2.6. Participação ou não de consórcios de empresas**

**2.6.1.** A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

## **2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto**

**2.7.1.** Será vedada a subcontratação, pois o presente objeto é plenamente passível de ser executado pela contratada.

## **2.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP**

**2.8.1.** Será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 49, inciso IV, da Lei





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Comunicação Social  
Secretaria de Relações Públicas

Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

## **2.9. Direito de preferência**

**2.9.1.** O objeto do presente Termo de Referência não se enquadra como bem ou serviço de informática e automação. Logo, não se aplica o direito de preferência previsto na Lei nº 8.248/1991. Ademais, este Órgão Técnico não tem conhecimento de nenhum outro direito de preferência previsto em Lei que se aplique a este objeto.

## **2.10. Requisitos do Art. 20 no Anexo III do ADG n. 14/2022**

**2.10.1.** O Órgão Técnico não tem conhecimento da existência de alguma Ata de Registro de Preços vigente para aquisição do objeto.

**2.10.2.** O Órgão Técnico entende que não tem possibilidade de inclusão do objeto como item autônomo em algum procedimento licitatório do Senado Federal.

**2.10.3.** O Órgão Técnico desconhece a existência de previsão da demanda, no Senado Federal, ainda no ano corrente, por itens que poderiam ser adquiridos conjuntamente aos da contratação em análise.

**2.10.4.** O Órgão Técnico fez consulta ao Plano de Contratações do Senado Federal 2025 e não há previsão de contratações de objetos de mesma natureza para o exercício de 2025.

**2.10.5. Justificativa:** Este Órgão Técnico entende que, por ser objeto com marca e logo específicos e características únicas do “Programa Jovem Senador e Jovem Senadora Brasileiros”, a presente contratação não pode ser incluída em algum outro procedimento licitatório de responsabilidade ou não desta Secretaria de Comunicação Social.

## **3. Requisitos do fornecedor**

### **3.1. Necessidade de vistoria**

**3.1.1.** Não se aplica ao objeto da contratação.

### **3.2. Capacidade Técnica**

**3.2.1.** Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão, por força legal.





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Comunicação Social  
Secretaria de Relações Públicas

**3.2.2.** Não será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelos fornecedores participantes, porquanto o objeto da presente contratação não apresenta complexidade nem graus mais elevados de aperfeiçoamento que requeiram a comprovação de qualificação técnica pela contratada.

**3.2.3.** Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da contratada.

**3.2.4. Qualificação econômico-financeira**

**3.2.4.1.** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**3.2.4.2.** A exigência da Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial acima é razoável uma vez que visa demonstrar a aptidão econômica do fornecedor participante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro ajuste, atende o disposto nos artigos 69 e 70, III, da Lei 14.133/2021, e, ainda, está em conformidade com a minuta-padrão de aviso de contratação direta para contratações com entrega imediata.

**3.3. Necessidade de apresentação de amostras**

**3.3.1.** Não será necessária apresentação de amostra por parte da contratada vencedora, pois não se aplica ao objeto dessa contratação.

**4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação**

**4.1. Formalização do ajuste**

**4.1.1.** A formalização do ajuste será feita por meio de contrato.

**4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste**

**4.2.1.** O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

**4.2.1.1.** Justificativa: A natureza continuada da aquisição de materiais promocionais para o Programa Jovem Senador fundamenta-se nos critérios estabelecidos pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e na interpretação da Lei nº 14.133/2021. No contexto do Termo de Referência em análise, essa aquisição enquadra-se como de fornecimento



**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Comunicação Social

Secretaria de Relações Públicas

contínuo devido à sua essencialidade, necessidade de aquisição ano a ano e em função dos riscos associados ao fracionamento da contratação.

A partir de consulta jurídica formulada pela Assessoria de Qualidade de Atendimento e Logística, por meio do Ofício nº 115/2024 – ASQUALOG/DGER<sup>1</sup>, a Advocacia do Senado manifestou-se por meio do PARECER Nº 299/2024-ADVOSF<sup>2</sup> sobre a viabilidade de celebração de um contrato contínuo para hospedagem do programa “Jovem Senador”, instituído pela Resolução nº 42/2010 do Senado Federal.

No expediente, a ASQUALOG citou o Acórdão nº 2.545/2020 do plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), no qual a Corte entendeu que o serviço de produção gráfica para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) se classifica como serviço de natureza contínua. Essa categorização baseou-se nos critérios de essencialidade, execução contínua, longa duração e no risco de que o fracionamento anual possa prejudicar a execução eficiente do serviço, nos termos do disposto no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.

Ato contínuo, a ADVOSF, em análise, discorreu sobre a diferença entre serviços e fornecimentos contínuos, os quais se referem aos serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas (nos termos do inciso XV, do art. 6º, da Lei 14.133/2021), e os chamados serviços não contínuos ou contratados por escopo, que são aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto (art. 6º, inciso XVII, da mesma lei).

Além disso, o órgão jurídico pontuou interpretações doutrinárias, bem como citou a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, que define que a continuidade de um serviço está associada à essencialidade e à necessidade de mantê-lo de forma regular para o cumprimento das atividades finalísticas da Administração Pública. Inferiu-se que o elemento central para determinar se um contrato se enquadra ou não como de natureza continuada reside na possibilidade de prever claramente a reiteração da demanda.

Nessa esteira, entendeu a ADVOSF que a contratação de hospedagem para o programa Jovem Senador possui todos os elementos necessários para ser classificada como um serviço contínuo”. Trata-se, com efeito, de uma contratação indispensável para a realização da Semana de Vivência Legislativa, que consiste em uma atividade periódica, de longa duração

---

<sup>1</sup> NUP 00100.073895/2024-59.

<sup>2</sup> NUP 00100.079316/2024-81.







SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comunicação Social  
Secretaria de Relações Públicas

e cuja necessidade não possui previsão de término.

Por fim, utilizando o mesmo raciocínio, a Advocacia do Senado destacou que tal entendimento também pode ser aplicado a outras contratações que acontecem no âmbito do Programa, como é o caso de *notebooks*, camisetas, materiais de estudo e brindes, cujo fornecimento se enquadra no conceito legal definido no art. 6º, inciso XV, da Lei 14.133/2021. Dentro desse contexto, constata-se que não é demais afirmar que a aquisição dos materiais promocionais para o Jovem Senador, como um fornecimento contínuo, advém de uma necessidade administrativa prolongada para a manutenção e realização do “Programa Jovem Senador”, em especial da Semana de Vivência Legislativa, realizada anualmente em Brasília.

No caso concreto, a aquisição do item é imprescindível, conforme mencionado, especialmente durante a semana de Vivência Legislativa, uma vez que as *nécessaires* fazem parte do conjunto de materiais promocionais entregues aos estudantes e professores, que serve para presentear os participantes e divulgar o Programa Jovem Senador e Jovem Senadora Brasileiros, além de auxiliar no desempenho das atividades relacionadas aos trabalhos de natureza legislativa que serão executados durante a programação.

Não obstante, a ADVOSF, no parecer mencionado, reforça que a contratação desses itens como fornecimentos contínuos requer análise específica do órgão técnico, em especial quanto ao regime contratual a ser adotado, pois é fundamental que o contrato do objeto inclua um mecanismo para o ajuste anual da logomarca e dos desenhos que compõem a identidade visual de cada edição do programa. No que tange a tal recomendação, cabe ressaltar que este órgão técnico tem, ao longo dos últimos anos, envidado esforços nesse sentido, com vistas à consolidação da identidade visual do Programa Jovem Senador, incluindo sua logomarca.

Por fim, a contratação das *nécessaires* justifica-se como serviço contínuo, por analogia, com base na legislação vigente, jurisprudência aplicável e entendimentos doutrinários, garantindo a manutenção do Programa, mitigando os eventuais riscos operacionais, minimizando os custos advindos da contratação pública e evidenciando, portanto, a vantajosidade e execução eficiente da avença.

**4.2.2.** Caso as partes não se interessem pela prorrogação do contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

**4.2.3.** Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

## 5. Modelo de gestão

### 5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste







**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Comunicação Social  
Secretaria de Relações Públicas

**5.1.1.** Este Órgão Técnico sugere constar como gestor da avença o Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação (NGCIC), e como fiscal o Serviço Jovem Senador (SEJS), e como suplente o Serviço de Apoio Administrativo (SEADRP), da Secretaria de Relações Públicas (SRPSF).

## **5.2. Forma de comunicação entre as partes**

**5.2.1.** A comunicação entre o SENADO e a empresa Contratada se dará, preferencialmente, por e-mail.

**5.2.1.1.** O e-mail de contato da gestão da avença: [ngcic@senado.leg.br](mailto:ngcic@senado.leg.br).

**5.2.1.2.** O e-mail de contato da fiscalização da avença: [jovensenador@senado.leg.br](mailto:jovensenador@senado.leg.br).

**5.2.1.3.** Novos endereços de e-mails podem ser adicionados, suprimidos ou alterados, caso o SENADO entenda como necessário. Essas mudanças deverão ser informadas à Contratada.

## **6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto**

**6.1.** Os prazos e a forma de execução do objeto estão definidos no Regime de Execução.

## **7. Obrigações da Contratada**

**7.1.** São obrigações da Contratada, além de outras previstas neste Termo de Referência e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

**7.1.1.** Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

**7.1.2.** Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

**7.1.3.** Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do objeto;

**7.1.4.** Manter preposto para este contrato que irá representá-la, sempre que for necessário;

**7.1.5.** Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;

**7.1.6.** Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência,





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Comunicação Social  
Secretaria de Relações Públicas

salvo com autorização específica do SENADO;

**7.1.7.** Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros.

**7.2.** Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

## **8. Regime de execução**

**8.1.** A Contratada fornecerá o objeto deste Termo de Referência, em uma única parcela, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da ordem de fornecimento, acompanhada da nota de empenho e da arte para impressão.

**8.1.1.** Antes da produção do quantitativo total, a empresa contratada, deverá entregar uma unidade do item na Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal (SRPSF), a qual servirá como “prova”.

**8.1.2.** A Contratada apresentará a “prova” em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento, acompanhada da nota de empenho e da arte para impressão.

**8.1.3.** A entrega da “prova” não altera o prazo final de fornecimento do quantitativo total do item contratado, mencionado no *caput*. Ao prazo serão acrescidos a quantidade de dias que o órgão técnico dispender na análise da prova.

**8.1.4.** A “prova” fornecida pela empresa é constituída por um exemplar do item contratado já com a arte desejada pelo Senado Federal para que seja avaliado o cumprimento das especificações estabelecidas, podendo ser solicitadas adequações pela Contratante, caso necessário.

**8.1.5.** A “prova” ficará retida na SRPSF até a entrega definitiva do restante do quantitativo total do item contratado, para fins de comparação. O exemplar fornecido como “prova” constará do quantitativo total a ser fornecido pela Contratada.

**8.2.** A ordem de fornecimento será emitida pelo fiscal da avença e entregue à CONTRATADA pelo gestor deste contrato, via mensagem eletrônica, ao longo da vigência contratual, conforme necessidade do SENADO, indicando detalhadamente o(s) quantitativo(s) e o(s) tipo(s) do(s) produtos(s).

**8.3.** A arte deverá ser recebida pela Contratada diretamente do fiscal da avença, o qual indicará detalhadamente o quantitativo e a arte a ser aplicada em cada produto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Comunicação Social

Secretaria de Relações Públicas

**8.4.** Os produtos objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues na Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal (SRPSF) – Via N2, Anexo 2, Térreo, Senado Federal, Brasília/DF, CEP: 70.165-900 – em dia/horário a ser agendado pelo e-mail [jovensenador@senado.leg.br](mailto:jovensenador@senado.leg.br), preferencialmente para dias úteis, entre 9h e 18h. Caso a data limite de entrega ocorra em final de semana ou feriado, será considerado como prazo final o dia útil subsequente.

**8.5.** A Contratada fornecerá os produtos conforme as especificações discriminadas em sua proposta e, em conformidade, com as especificações técnicas deste Termo de Referência.

**8.6.** Os produtos serão fornecidos em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, nome do fabricante e endereço.

**8.6.1.** Somente serão recebidos os materiais que atenderem às especificações constantes do quadro de itens e que não apresentarem problemas de uso, falhas ou defeitos no acabamento e/ou funcionamento.

**8.7.** O prazo de garantia do produto deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo do objeto.

**8.8.** Constatadas irregularidades no material entregue, o Senado Federal poderá:

**8.8.1.** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o fiscal motivadamente sobre o assunto, cabendo à Contratada providenciar a substituição em conformidade com a indicação do fiscal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito;

**8.8.2.** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a Contratada fazê-lo em conformidade com a indicação do fiscal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**8.9.** Ao Senado Federal não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo fiscal.

**8.10.** Caberá à Contratada o recolhimento de materiais por ela fornecidos e considerados inadequados pelo fiscal, a partir do recebimento da notificação, em até 15 (quinze) dias, período após o qual serão descartados.

**8.11.** Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comunicação Social  
Secretaria de Relações Públicas

no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação do gestor.

## 9. Condições de recebimento do objeto

**9.1.** Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

**9.1.1. Provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as especificações; e

**9.1.2. Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório.

## 10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual

**10.1.** Pelo atraso injustificado na execução do ajuste ou pela sua inexecução total ou parcial, a Contratada ficará sujeita à penalidade de multa, aplicada da seguinte forma:

**10.1.1.** O atraso injustificado na execução do ajuste decorrente deste Termo de Referência sujeitará a Contratada à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

**10.1.1.1.** 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso até o 15º (décimo quinto) dia; e;

**10.1.1.2.** 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) dia até o 30º (trigésimo) dia;

**10.1.2.** Pela inexecução parcial ou total do contrato, poderá à contratada, ser impostas as penas de impedimento de licitar e contratar ou declarada inidônea para licitar ou contratar, cumuladas com as penalidades dispostas no item 10.1.1.

**10.1.3.** Findo o prazo do subitem 10.1.1.2 o ajuste poderá ser rescindido pela Administração, com aplicação de multa pelo atraso, nos termos do Item 10.1.1, acrescido de 10% (dez por cento) do valor do ajuste.

**10.2.** A reincidência na aplicação das multas estabelecidas neste Termo de Referência poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.

**10.3.** As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de contrato.





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comunicação Social  
Secretaria de Relações Públicas

## 11. Forma de pagamento

**11.1.** O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, condicionado ao termo detalhado de recebimento definitivo do objeto.

## 12. Condições de reajuste

**12.1.** O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data de celebração do ajuste, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou por outro indicador que venha substituí-lo.

**12.1.1.** O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

## 13. Garantia contratual

**13.1.** Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021 para a presente contratação, pois consoante previsto no inciso II do § 2º do art. 18, Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato é pouco significativa.

## 14. Plano de contratações

**14.1.** A contratação do objeto previsto neste Termo de Referência está prevista no Plano de Contratações sob o número **20250289 - Aquisição de estojo tipo nécessaire para o Jovem Senador (item fracassado na contratação 20250147)**. Data de envio do TR à Sadcon: junho/2025.

## 15. Responsável pela elaboração do TR

*(assinado digitalmente)*

**PEDRO AUGUSTO RAMIREZ MONTEIRO**  
Gestor do Núcleo de Contratações e Contratos





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comunicação Social  
Secretaria de Relações Públicas

**Revisão.**

**AGATHA BERNARDO**

Chefe do Escritório Setorial de Gestão da Secom

**De acordo.**

*(assinado digitalmente)*

**JULIANA BORGES DOS SANTOS**

Diretora da Secretaria de Relações Públicas em exercício

*(assinado digitalmente)*

**LUCIANA RODRIGUES PEREIRA**

Diretora da Secretaria de Comunicação Social em exercício

**Ciente.**

*(assinado digitalmente)*

**JOSÉ CARLOS VALÉRIO**

Gestor do Núcleo de Gestão de Contratos de  
Infraestrutura e Comunicação





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comunicação Social  
Secretaria de Relações Públicas

## **ANEXO I**

### **1. Especificações técnicas do objeto**

**1.1.** O item deverá atender aos seguintes requisitos:

<b>Item Único – Estojo tipo <i>nécessaire</i></b>				
<b>Item</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Especificações</b>	<b>CATMAT</b>
Único	55	unidade	Estojo tipo <i>nécessaire</i> , para acondicionamento de objetos pessoais, fabricado em poliéster 600D (ou qualidade similar), em cor azul marinho (referência PANTONE 282 C, ou similar) e com zíper laranja (referência de cor PANTONE 151 C, ou similar). Com dimensões Altura 10cm a 12cm X Largura 23cm a 25cm X Profundidade 8cm a 10cm. Com gravação personalizada colorida, em serigrafia (ou processo similar), da marca “Jovem Senador” com no mínimo 7cm de comprimento e, com alça de mão, conforme modelo anexado e arte a ser fornecida pelo contratante.	231820







SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comunicação Social  
Secretaria de Relações Públicas

**1.2.** Ressalta-se que o modelo para referência de confecção do item relacionado na tabela acima se encontra no Anexo III do presente Termo de Referência.

## **2. Critérios e práticas de sustentabilidade**

**2.1.** Tendo em vista a natureza do objeto do presente Termo de Referência, não é aplicável a exigência de critérios e práticas de sustentabilidade.





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comunicação Social  
Secretaria de Relações Públicas

**ANEXO II**

**1. Valor estimado da contratação**

Item Único – Estojo tipo <i>nécessaire</i>					
Item	Unidade	Quantidade	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
Único	unid.	55	Estojo tipo <i>nécessaire</i>	31,70	1.743,50
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 1.743,50	





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comunicação Social  
Secretaria de Relações Públicas

## **ANEXO III**

### **1. Modelo de referência**

